

Visão e ideologia no desenvolvimento africano

Parto, nesta reflexão, da formulação do seguinte problema: O que mudou na visão e na ideologia do desenvolvimento africano, nos últimos cinquenta anos?

Ou seja, aproximadamente desde a primeira vaga de independências em África até hoje?

É importante perceber que o «presente» não é mais do que um ponto numa trajetória temporal, que necessitamos de interpretar, procurando também o sentido dos possíveis «futuros». Pois, no mínimo, interessa perceber *donde se vem*, para melhor interpretar *aonde se chegou*. Antes do mais, é necessário recordar alguns conceitos:

Visão

Interpretação da realidade, pelo sujeito do conhecimento, como bússola orientadora do comportamento ou posicionamento no mundo real.

O conceito está compreendido no chamado conhecimento tácito, mais ou menos consciencializado, e que se distingue do conhecimento escrito ou explícito. É aquilo que Schumpeter considerou como o «coeficiente pessoal» ou *bias* do economista, a que não pode furtar-se, por mais que procure ser «objectivo».

Ideologia

Sistema de conceitos, esquemas analíticos e também valores, explícitos ou implícitos, que reflectem interesses, dominantes ou dominados, na ordem social existente. Neste sentido, para Marx, a «economia burguesa» seria a ideologia da classe dominante, e a religião, o «ópio do povo». Como também poderíamos considerar o marxismo ideologia do proletariado industrial nos séc. XIX e XX ou o «ópio dos intelectuais» do séc. XX, na expressão provocadora de Raymond Aron. A visão é condicionada pela «ideologia» mas não se reduz a isso necessariamente. Não podemos dispensá-la, mesmo que não tenhamos consciência disso.

Não podemos «ver» a realidade em si mesma, mas apenas usando os óculos da visão e da ideologia, nos sentidos referidos. Claro que devemos buscar a objectividade possível, e esse propósito é essencial na investigação científica, mas – em particular nas chamadas ciências sociais – trata-se de objectivo nunca realizável por inteiro. Mesmo o chamado *mainstream*, ou corrente principal, do pensamento económico, no fim de contas, tem inevitável conteúdo ideológico.

É necessário acentuar que todos, individual e colectivamente, estamos fortemente condicionados pelos chamados «ventos da História», afinal posicionados a favor ou contra as grandes tendências do processo histórico com maior ou menor consciência e determinação. Conforme «sopram» tais ventos, assim se fazem ou desfazem ideologias no fluxo da História. O curso da evolução nas novas nações africanas nas últimas décadas é um bom exemplo disso.

Dado isto, considero então o tema:

Qual a «visão» e a «ideologia» que têm predominado no desenvolvimento africano desde meados do século passado? E como têm evoluído?

Pelos anos 1960 havia no ar um perfume revolucionário que combinava ingredientes variados tais como maoísmo, agitação estudantil e Terceiro-Mundismo.

Uma mistura de ilusões ingénuas e generosas utopias, além de ressentimentos individuais e colectivos, gerava múltiplos projectos revolucionários

O 25 de Abril em Portugal provocou uma ruptura brutal entre Portugal e as ex-colónias, com reflexos no continente africano. Quer Portugal, quer as ex-colónias ficaram à deriva, criando teatros socioeconómicos radicais numa conjuntura económica, política e ideológica mundial tensa, complexa e de destino imprevisível. Convém lembrar que em 1974/75 se verificou a crise económica mundial até então mais grave no pós guerra. Foi também o tempo do primeiro grande «choque petrolífero».

Fase que, mais profundamente, marcou o início dum período incerto e inesperado de transições, incluindo a radical mudança de «transições para o socialismo» em «transições para a economia de mercado». Aliás, nem sempre confessadas pelos governos, como no caso da China pós-Mao, que, por ironia da História, foi afinal pioneira da passagem controlada à chamada economia de mercado.

Qual era a «ideologia» dominante no terceiro quartel do século passado?

Além do marxismo-leninismo, a URSS sugeriu uma estratégia de industrialização e um sistema de planeamento. Este aspecto era influente na prática social do espaço-tempo que referimos.

Encontrei traços disso nas múltiplas estadias que efectuei, nos cerca de dez anos a seguir às independências, na Guiné-Bissau, em S. Tomé e Príncipe e em Angola e Moçambique. E até, embora em menor escala, em Cabo Verde.

Havia também o propósito de autocentramento ou «confiança nas próprias forças» (*self reliance*), a nível individual e colectivo e a *desconexão* proposta por Samir Amin. Tratava-se de conseguir um corte, uma ruptura definitiva entre os subdesenvolvidos e os agentes ou causadores desse subdesenvolvimento.

O subdesenvolvimento era visto como consequência da dependência do capitalismo, essencialmente determinado por factores exógenos, mas poderosos, que condicionavam as sociedades e economias em questão.

O desenvolvimento não podia ser entendido, na frase famosa dum africano, como a «maneira como o Ocidente se via a si mesmo». Isto é: concebido nessa ideologia ocidental, o «desenvolvimento» seria sempre um reforço da dependência do capitalismo e do imperialismo. Seria necessário inventar outro caminho de autêntico desenvolvimento dos povos africanos e, mais geralmente, do Terceiro Mundo.

Mas esse «outro caminho» ficou talvez por descobrir ou inventar. Interessa

perceber porquê, com a objectividade possível.

Como ver hoje a «moral» ou o sentido das histórias dos novos países africanos nos anos decorridos?

A «ajuda externa», dos dois lados, de Oeste e de Leste e por diferentes razões, falhou em relação aos grandes objectivos procurados.

No fundo, por diferentes vias e com diferentes propósitos, grande parte dessa ajuda era enviesada, pois dalgum modo correspondia aos interesses de quem «ajudava» mais do que quem era «ajudado». Surgiu também aquilo que se chamou «armadilha da dívida externa», em consequência dos grandes desequilíbrios na balança dos pagamentos externos e dos mecanismos renovados da dependência externa (FMI, Banco Mundial, etc.). As famosas «Cartas de Intenções» que os países tinham de assinar com o FMI, em garantia da sua credibilidade como beneficiários dalguma forma de crédito externo, implicavam o compromisso de praticar a política económica recomendada pela mesma instituição. É o tempo dos detestados programas de «estabilização» ou «ajustamento estrutural», que provocavam geralmente maiores sacrifícios para a maioria da população, sobretudo por via da desvalorização da moeda nacional e a correspondente inflação.

Quanto ao modelo soviético, era demasiado rígido para poder adaptar-se a condições sociais e económicas tão diversas. Os quadros soviéticos, ainda menos do que os ingleses, norte-americanos ou franceses, não estavam preparados para transmitir aos novos quadros africanos os conhecimentos apropriados para as suas funções. Também, em rigor, em muitos domínios da Economia, das Finanças e da Gestão, não era fácil definir os «conhecimentos apropriados».

Ainda estavam por descobrir ou inventar, tal como os caminhos do autêntico desenvolvimento africano.

Além do mais, havia as estritas limitações financeiras do «Segundo Mundo». Como

Mário Murteira

uma vez me foi cruamente explicado por um alto funcionário do chamado Instituto do Sistema Socialista Mundial, em Moscovo, a URSS não «podia pagar mais Cubas». Mas a ordem internacional alterou-se drasticamente a partir dos anos 1980. Assim como a visão e ideologia dominantes.

A «Nova Ordem Económica» realmente emergente nos anos 1980, em lugar da desejada NOEI dos anos 1970

O colapso do «socialismo real» e do modelo soviético no final dos anos 80 contribuiu para o fim do «Terceiro Mundo», do projecto aut centrado e mesmo do grande desígnio da NOEI, ou «Nova Ordem Económica Internacional», tão apoiado pela UNCTAD (Organização das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento), precisamente ao tempo do colapso do colonialismo português.

Recorde-se que a «Carta dos Direitos e Deveres Económicos dos Estados» que na prática institucionalizava uma «Nova Ordem Económica Internacional» favorável aos interesses do Terceiro Mundo foi aprovada, com larga maioria, pela Assembleia Geral da ONU em Dezembro de 1974. Votaram a favor 120 países, 6 votaram contra e outros 6 abstiveram-se.

Nessa Carta, estabelecia-se logo no Artigo 1º que:

Todos os Estados têm o direito soberano e inalienável de escolher o seu sistema económico, bem como o político, social e cultural, de acordo com os desejos do seu povo sem interferências externas, coerção ou ameaça, qualquer que seja a sua forma.

Estes princípios da chamada NOEI são afinal formalizados quando, na prática histórica, uma nova vaga de globalização ia precisamente inflectir a ordem internacional vigente em direcção muito diversa, até oposta, em muitos aspectos.

Embora o modelo económico e social da URSS estivesse longe de corresponder às expectativas que muitos nele depositavam, a afirmação – em grande parte ilusória – duma potencial autonomia e identidade do chamado «Terceiro Mundo» só fazia sen-

tido admitindo a existência dum poderoso «Segundo Mundo», que lhe abrisse espaço na hegemonia do Primeiro Mundo. Nesta perspectiva, o colapso do sistema soviético de planificação centralizada implicava necessariamente a consolidação do sistema único do mercado global.

Afinal, quem se lembra hoje dessa Carta dos Direitos e Deveres Económicos dos Estados, aprovada na Assembleia Geral da ONU em 1974?

Mas a construção dos novos Estados africanos foi penosa e, além da desfavorável envolvente externa, encontrou obstáculos sociais e culturais internos que não tinham sido previstos.

A questão da *good governance* tornou-se prioritária. O novo Estado africano, mesmo «amigo do mercado» (*market friendly*) como recomendava o Banco Mundial, não poderia ou não deveria conjugar sobretudo incompetência e corrupção.

O contexto da nova vaga de globalização, *grosso modo* iniciada ao tempo da descolonização portuguesa, surgiu determinante.

Como entender o possível «desenvolvimento» da África no contexto do actual capitalismo do mercado global?

Antes do mais, é necessário criar capacidade nacional de governação ou «governância» (*governance*).

O que implica a verificação de condições complexas, como a motivação e qualificação de numerosos actores, quer enquanto políticos, quer enquanto simples funcionários públicos.

Sem isso, o «Estado» é uma ficção, um instrumento de poder oligárquico, e nunca ao serviço do «desenvolvimento» dum povo. Verifica-se, aliás, que por vezes é a sociedade informal que, por assim dizer, se «governa a si própria», embora num modelo bem diverso da *self reliance* tão apregoada nos anos 60/70 do século passado. É, afinal, um modelo de «salve-se quem puder», enquanto os que se sentam nas cadeiras do poder formal se «governam» sobretudo a si mesmos.

Do mesmo modo, é necessário abrir o espaço duma «classe» empresarial africana, capaz de inovar e estruturar novos modelos da «economia de mercado» no específico contexto africano.

O acesso à chamada Economia Baseada no Conhecimento (EBC) é indispensável. Diz-se e escreve-se, hoje, que o verdadeiro «capital» é capital intelectual ou «conhecimento». Daí a importância da rede das novas Tecnologias da Informação e da Comunicação e também da formação no respectivo acesso. Pode falar-se, com razão, duma potencial «globalização do conhecimento», isto é, da disponibilidade de condições tecnológicas que permitem um acesso generalizado ao conhecimento praticamente em qualquer ponto do globo, desde que aí, pelo menos, possa localizar-se um computador com acesso à Internet...

O desenvolvimento local, *bottom up* (debaixo para cima) deve completar ou corrigir os efeitos do domínio das empresas transnacionais, actores primordiais do processo de globalização. Tal como ao nível macro-regional.

A globalização é uma forma de integração no mercado global. Mas é compatível com múltiplas formas de integração regional ou macro-regional, que estão também a ser tentadas por numerosos países africanos. Estas redes inseridas em determinadas regiões do planeta, e também em África, poderão nalguma medida compensar efeitos nocivos do domínio das grandes ETN. E finalmente o «desenvolvimento» só faz sentido se for «desenvolvimento humano». A ONU, na sua publicação *World Human-Development Report*, editada em várias línguas, entre elas a portuguesa, fornece informação estatística detalhada sobre o estado do «desenvolvimento humano» no planeta. Entre outros indicadores, é calculado um «Índice de Desenvolvimento Humano» (IDH) que varia entre 0 e 1 e toma em conta dados sobre a esperança de vida, os níveis educacionais, e o nível de vida dos países considerados. Os últimos números publicados (Relatório de 2007/8) referem-se a 2005. Os países considerados «em desenvolvimento» mostram um IDH

médio de 0,691, e uma esperança média de vida de 66,1 anos, enquanto a média dos países da OCDE é respectivamente 0,916 e 78,3. Mas na África ao Sul do Sara, nessa data, os valores correspondentes eram apenas 0,493 e 49,6 anos.

É pois necessário dar prioridade ao «desenvolvimento» em termos de saúde, educação, nível de vida e também. garantia dos direitos humanos fundamentais.

Em conclusão

Desde a época áurea da «descolonização» até hoje, numa trajectória histórica de cerca de meio século, a visão e a ideologia predominantes nas intenções e nas práticas do desenvolvimento africano mudaram profundamente.

Temas como dependência, desconexão, Nova Ordem Económica Internacional (NOEI), confiança nas próprias forças (*self reliance*) perderam relevância e mesmo sentido.

Hoje fala-se de boa governação, desenvolvimento local, globalização, liberdade cultural e desenvolvimento humano, com prioridade em aspectos como educação, saúde e garantia de direitos humanos fundamentais, com superação da pobreza absoluta. ■